



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA SAÚDE
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE – CES/RS

ATA DA 13ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS-2014

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47

No dia 4 do mês de setembro de 2014, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida Borges de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de pauta: **1) Ata (1ª – Plen. Extra e 11ª Ord - 07/08/14) e Expedientes; 2) Informes e Assuntos Gerais; 3) Relato de Comissões; 4) Parecer da Comissão de Saúde Mental sobre a Portaria 503/2014; 5) Resolução 01/2014 do CREMERS de 13 agosto de 2014 (SES/RS e CREMERS); 6) Apresentação da Proposta Orçamentária da SES para o exercício 2015 (ASTEPLAN/SES/RS e SEPLAG/RS). Titulares:** João de Deus Pawlak, Zilá Cohen, Paulo Humberto, Alcides Pozzobon, Odil Gonçalves, Adão Zanandrea, Ana Valls Atz, Ana Maria Martins, Camila Jacques, Sônia Pinheiro, Ivete Dorneles, Célia Chaves, Juliana Wingert, Ana Maria Albernaz, Vera Leonardi, Sandra Leon, Cláudio Augustin, Jairo Tessari, Nadia Frizzo. **Suplentes:** Rafaeli Marques, Miriam Kolinger, Ironita Rezende, Sandra Helena, Aurélio Pereira, Luis Augusto Ferreira, Paulo Rodolfo Ribeiro, Joel Rolim. Sandra Schmitt, Jane Pilar. **1) Ata (1ª – Plen. Extra e 11ª Ord - 07/08/14) e Expedientes:** Paulo inicia a plenária. A ata da 1ª Plenária Extraordinária foi aprovada por unanimidade. A ata da 11ª Plenária Ordinária foi aprovada por unanimidade. **2) Informes e Assuntos Gerais:** Ana Valls fala sobre a discussão do Código de Vigilância em Saúde e sobre a última reunião realizada no dia 3/09 na qual foi fechada a proposta. Serão encaminhados os documentos para a vigilância para revisão. Os conselheiros serão notificados por e-mail quando os documentos ficarem prontos. Paulo Humberto relata sobre a reunião com o Procurador Geral Adjunto da República para tratar temas como a Lei do CES e outros assuntos relacionados ao Controle Social do SUS. **3) Relato de Comissões:** Cláudio Augustin explana sobre a reunião no Ministério Público Federal com a Frente Nacional contra a privatização da Saúde. Ele também relata que no dia 02/09 houve um diálogo no Conselho Municipal sobre desenvolvimento e investimento na área da Saúde no qual houve a apresentação das alternativas para o setor privado da saúde. Cláudio afirma que essas questões tem que passar pelo CES. Outra questão debatida foi a discussão do LAFERGS como empresa estatal. Rafaeli, representando a comissão de Educação Permanente, fala sobre a visita dos responsáveis do sub-projeto Quali conselhos e sobre os recursos para a capacitação para o Controle Social. Ele convida novos conselheiros para participarem da comissão. Paulo Humberto fala sobre o adiantamento que havia para os conselheiros realizarem seus compromissos no interior. Ele ressalta a necessidade do adiantamento das diárias e diz que o assunto está sendo tratado com o Governo Estadual. Odil explana sobre a apresentação da visita à UPA Moacyr Scliar e sobre a proposta do dia 16/09. Paulo retoma o que foi dito por Odil e reforça a necessidade de uma discussão sobre a proposta. Ele relata que esteve na última reunião da CIST e afirma que a comissão está tendo problemas na sua coordenação. Ana Martins ressalva sobre a necessidade de fortalecimento da atenção básica. Paulo concorda sobre a necessidade do fortalecimento, discorre sobre as obrigações dos gestores e afirma que o GHC está deixando de trabalhar em algumas áreas as quais é sua especialidade. Cláudio Augustin fala sobre a necessidade da criação de um levantamento, um estudo sobre o assunto. Paulo Humberto sugere que no dia 11/09 às 14h seja discutido o estudo juntamente com a Comissão de Fiscalização. **4) Apresentação da CIST:** Hermes apresenta a CIST, criada administrativamente pelo CES, baseadas nas portarias 70/2003 do art. 12 da lei estadual 10.097/1994. É órgão permanente de caráter consultivo com o objetivo de analisar e fiscalizar as ações referentes a Política Estadual de Saúde do Trabalhador e o SUS. Fábio Kalil, coordenador da divisão de vigilância em Saúde do Trabalhador, fala da importância da questão do trabalho e da saúde do trabalhador. Ele afirma que é importante a participação dos trabalhadores e do CES na Saúde do Trabalhador. Ele explica a

48 importância da escolha de um conselheiro representante para a comissão. Cláudio Augustin conta
49 sobre a sua participação na penúltima reunião da CIST na qual não houve participação de
50 conselheiros. Ele fala que no SINDSEPE está sendo apresentada proposta de organização da CIST
51 e a criação de um Regimento Interno. Cláudio aconselha que o CES faça a avaliação em cada região
52 do estado onde ocorreram as Macrorregionais para agregar pessoas do movimento sindical para
53 participar da CIST. **4) Parecer da Comissão de Saúde Mental sobre a Portaria 503/2014:** Sandra
54 Leon faz a leitura do Parecer da Comissão de Saúde Mental. Paula, da Comissão de Saúde Mental,
55 esclarece sobre a portaria 503/2014. Ela fala que, na prática, têm sido trabalhada a Educação
56 Permanente com os trabalhadores. Ana Carolina, coordenadora estadual de Saúde Mental, fala sobre
57 o nº de equipes do CAPS e sobre as equipes hospitalares. Ela fala também sobre os Programas de
58 Redução de Danos – PRD’s com recursos da política de DST/AIDS. Rafaeli Marques conta sobre a
59 sua experiência pessoal com o PRD. Ana diz que alguns municípios conseguiram aprovar o cargo
60 de redutor de danos. Ela fala da resolução 234/2014 que revogou a 238/2012. Nádia, representante
61 do Conselho Regional de Psicologia, fala sobre as ações da Política de Redução de Danos. Cláudio
62 fala sobre os debates que discutiram a política. Ele debate também sobre os cargos públicos, alguns
63 demoram até 50 anos para serem extintos, e afirma que é necessário um cargo que acompanhe a
64 amplitude das transformações. Nádia retoma o assunto dos cargos de redução de danos e fala sobre
65 o financiamento destes para a criação de uma escola de Redução de Danos e sobre a portaria
66 503/2014. Paulo Humberto fala da importância da discussão do cargo de Redutor de Danos. O
67 Parecer da Comissão de Saúde Mental sobre a Portaria 503/2014 foi aprovado por unanimidade.
68 **5) Resolução 01/2014 do CREMERS de 13 agosto de 2014 (SES/RS e CREMERS):** Paulo
69 Humberto faz a leitura da Resolução. Rosângela fala da questão do atendimento ao usuário e a
70 ampliação da rede de atendimento SUS. Ela aborda também as dificuldades financeiras de alguns
71 hospitais que não garantiam os serviços. Rosângela ressalva que, em nenhum momento, foi
72 discutido a falta de acesso aos hospitais no documento. Jairo Tessari diz que existem muitos
73 hospitais filantrópicos voltados para a política de hospitais 100% SUS. Rafaeli fala que no
74 Conselho Municipal de Saúde de Gravataí está sendo discutido o contrato do Hospital João Becker.
75 Ele fala da reivindicação do salário de alguns funcionários e afirma que o projeto tem que ser 100%
76 SUS ou nada. Jeisson Rex discute sobre a judicialização para poder internar que consta na
77 Resolução. Ele afirma que não entendeu como uma melhor forma de pagamento ao médico vai
78 resultar em uma melhora no atendimento ao paciente. Segundo ele, isso é uma “desconstrução” do
79 que foi feito há anos. Nádia fala da saúde como obrigação do estado e afirma que não é direito do
80 médico trabalhar no SUS e que é obrigação do estado e dos profissionais mantê-lo. Ela questiona
81 também a legalidade do CREMERS de instituir uma resolução que fere uma lei federal. Ana
82 Maria, do Sindicato Médico do RS, retoma a fala de Nádia e afirma que só alguns hospitais serão
83 100% SUS. Vera Leonardi diz que está preocupada com a Resolução e afirma que essa não tem
84 sentido. Ela indaga como será o controle dos casos e aborda a necessidade de fiscalização. Sandra
85 Leon afirma que a Resolução é outra porta de entrada. Ela fala que, na resolução, há um
86 fortalecimento da judicialização da saúde. Ana Valls fala da necessidade de o CES reverter o
87 “absurdo” do CREMERS. Segundo ela, eles legalizaram aquilo que eles já fazem. Ana fala da
88 importância de recorrer aos Ministérios Públicos Estadual e Federal. Ana Valls fala da “minoría” da
89 área médica que prejudica o sistema. Ela afirma que essa Resolução é para o médico que trabalha
90 para o SUS. Cláudio Augustin afirma que a Resolução tem o mesmo objetivo e linha política da
91 diferença de classe. Ele aborda as questões filantrópicas das instituições. Cláudio sugere que seja
92 encaminhado ao Ministério Público e a PGE para que esses tomem as devidas medidas legais. Odil
93 Gonçalves diz que está estarecido com as formas e atos que estão “chutando” o SUS e o Controle
94 Social. Ele afirma que essa é uma categoria corporativa e desrespeitosa com as pessoas fragilizadas.
95 Ele conclui dizendo que o médico sem enfermeiras e assistentes não é ninguém. Ana Martins
96 agradece pelo reconhecimento e fala sobre o que é e como funciona o corpo clínico. Ela afirma que,
97 em primeiro lugar é levado em conta a saúde do paciente para a formação do corpo clínico. Denise,
98 assessora do Sindicato Médico, esclarece os fatos que contribuíram para a criação desta Resolução.
99 Ela relata sobre o corpo clínico da cidade de Rio Pardo, que possui somente um hospital. Nádia

100 aborda a Agência Reguladora dos Planos de Saúde e diz que os problemas referentes aos planos
101 devem ser tratados pela agência. Paulo Humberto fala da dificuldade de agendamento de consultas
102 pelo IPE. Ele avisa também que o Governo do Estado não conseguiu finalizar o orçamento. Paulo
103 fala também da possibilidade de análise do orçamento na quinta-feira 11/09 e da apresentação das
104 propostas de cada candidato ao Governo do Estado para a área da saúde, no auditório do Ministério
105 Público. Rosângela retoma o assunto dos planos de saúde e dos hospitais 100% SUS. Rafaeli fala
106 que do dia 1 ao dia 7 de setembro estará acontecendo o Plebiscito Popular para a Reforma Política.
107 Nada mais havendo a tratar, Paulo Humberto Gomes da Silva , Presidente do CES/RS , deu por
108 encerrada a reunião, da qual eu, Gabriel Paccico, lavrei a presente ata que, após leitura e aprovação,
109 será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre, 4 de setembro de 2014.

110

111

112

113

114 Paulo Humberto Gomes da Silva

115 Presidente do CES/RS

116

117

118 Alfredo Gonçalves

119 Coordenador do CES/RS

120

121

122 Jairo Francisco Tessari

123 Coordenador do CES/RS

124

125

126 Carlos Alberto Ebeling Duarte

127 Coordenador do CES/RS

Célia Chaves

Vice Presidente do CES/RS

Sônia Pinheiro

Coordenadora do CES/RS

Elemar Sand

Coordenador do CES/RS

Odil Gonçalves Gomes

Coordenador do CES/RS